



JUSTIÇA REPRODUTIVA E EXTENSÃO: CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL

Nádia Vitória De Souza Ferreira¹
Nathália Diórgenes Ferreira Lima²

RESUMO

A extensão “Nossos corpos, nossas vidas: construindo justiça reprodutiva para/com trabalhadoras e futuras trabalhadoras do SUS no município de Redenção” tem como proposta trazer o debate sobre justiça reprodutiva para às futuras profissionais de saúde, assim como ouvir às demandas das trabalhadoras do SUS, visando construir linhas de cuidado com/para essas mulheres em parceria com a Secretaria de Saúde de Redenção. Por meio da metodologia de pesquisa-ação, iniciamos um processo de investigação da realidade das futuras trabalhadoras da saúde, sobre seus conhecimentos no que concerne à justiça reprodutiva, visando criar ações de intervenção com o propósito de promover ações de socialização desse conhecimento, contribuindo para futuras intervenções profissionais capacitadas e preparadas para diversas realidades do público usuário do Sistema Único de Saúde em específico, no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e pessoas que gestam. Como estamos ainda em processo de execução da extensão, os resultados obtidos no primeiro semestre no ano civil de 2025 envolvem a promoção de rodas de conversa sobre o acesso aos serviços de saúde de redenção, e também, a socialização de informações sobre os direitos sexuais e reprodutivos para às discentes e comunidade acadêmica, por meio de rodas de conversas desenvolvidas na universidade. A produção de material informativo também foi produzido e compartilhado digitalmente pelas redes sociais da extensão. Dentre às ações no âmbito digital, criamos um canal de informação no aplicativo de mensagens Whatsapp, com o objetivo de criar um espaço de acolhimento, escuta ativa e transmissão de informação no que envolve às discussões no âmbito da justiça reprodutiva. O Serviço Social enquanto uma profissão que intervém diretamente nas expressões da questão social produzidas e reproduzidas pelo modelo de produção capitalista, lida diretamente com os direitos de mulheres e pessoas que gestam violados cotidianamente. As estruturas sexistas, patriarcais e racistas que formam a base dessa sociabilidade capitalista incidem diretamente no aviltamento dessa população de mulheres e corpos com capacidade de reprodução/gestação. O serviço social assim como uma profissão interventiva é, também, parte dessas contradições como integrante da classe trabalhadora (Iamamoto, 2015). Logo, trabalhar/socializar os conceitos de justiça reprodutiva com às futuras trabalhadoras e em breve, com às trabalhadoras do SUS, relaciona-se diretamente com o projeto ético-político da profissão, intervindo na promoção de uma realidade mais justa e equânime para população público alvos desses direitos, entendidos enquanto uma forma de promoção de justiça social frente às diversas violências sofridas por esta população. A extensão enquanto um projeto de construção de ações junto a comunidade não poderia estar mais relacionada ao fazer profissional do Serviço Social, promovendo um espaço mais democrático através da socialização de informações, e construção de intervenções que serão construídas com e pelas demandas das trabalhadoras do SUS de redenção.

Palavras-chave: Justiça Reprodutiva; Extensão Universitária; Serviço Social.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Discente, nadiavitoria@aluno.unilab.edu.br¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Docente, nathaliadiorgenes@unilab.edu.br²